

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.386.670 - MS (2018/0279468-8)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : UNIMED CAMPO GRANDE MS COOPERATIVA DE
TRABALHO MEDICO
ADVOGADOS : CLÉLIO CHIESA E OUTRO(S) - MS005660
WILSON CARLOS DE CAMPOS FILHO - MS011098
AGRAVADO : KELLEN JOSIANE LARA DE REZENDE
ADVOGADO : CARLA GUEDES CAFURE - MS012060

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento ao recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 425):

E M E N T A – AGRAVO DE INSTRUMENTO – IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – MULTA DIÁRIA DEVIDA PELO DESCUMPRIMENTO DA ORDEM ESTABELECIDADA EM SENTENÇA – VALOR TOTAL MANTIDO – REDUÇÃO QUE NÃO SE JUSTIFICA FRENTE À FINALIDADE DA ASTREINTE – DECISÃO MODIFICADA – RECURSO PROVIDO.

Ausente qualquer justificativa pelo descumprimento de ordem judicial, não se admite a redução do valor da multa diária devida. O julgador, ao fixar a multa diária não deve estabelecer seu valor atrelado a eventual pagamento, pois a astreinte não deve ser paga; deve servir para impor ao devedor temor necessário para cumprir a determinação judicial (obrigação específica). Desse modo, quando maior a recalcitrância injustificada do devedor, maior será o valor da multa devido em razão do não cumprimento da determinação judicial.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ, fls. 444-450).

Nas razões do especial, alega a parte agravante violação do art. 537, *caput* e § 1º, do Código de Processo Civil de 2015, além de divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que o valor da multa arbitrada, em razão do suposto descumprimento ao comando judicial, consistente em autorizar integralmente o procedimento cirúrgico, é excessivo e ensejará enriquecimento ilícito da parte recorrida.

Contrarrazões às fls. 536-544 (e-STJ), pelo não provimento do recurso

especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 546-549 (e-STJ).

Contraminuta apresentada às fls. 579-589 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem, ao julgar a presente demanda, assim decidiu (e-STJ, fls. 430-431):

(...) na hipótese em exame, a autora ajuizou a ação de obrigação de fazer, requerendo a concessão da tutela de urgência, a qual foi concedida em 09/12/2016, impondo a requerida, ora agravada, a obrigação de autorizar o procedimento cirúrgico pretendido pela requerente, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00. A requerida foi intimada em 14/12/2016 e a obrigação somente foi cumprida em 23/01/2017. Assim, não há dúvidas de que houve, por parte da requerida, a desobediência ao comando judicial, razão pela qual incide a multa diária nele estabelecida.

Neste norte, considerando-se inexistir nos autos qualquer justificativa para o descumprimento da ordem judicial, inexistem motivos para determinar a redução da multa diária, devendo ser rejeitada a impugnação ofertada pela requerida.

Diante do exposto, conheço do recurso e dou-lhe provimento a fim de, reformando a decisão objurgada, rejeitar totalmente a impugnação apresentada pela requerida, mantendo-se, portanto, o valor da multa diária indicado no cumprimento provisório de sentença.

Por consequência, conforme entendimento contido no REsp 1.134.186/RS, rejeitada a impugnação ao cumprimento de sentença, descabe a fixação em honorários advocatícios.

Nesse contexto, diante da conclusão da Corte estadual no sentido de que, em razão do descumprimento da determinação judicial é cabível a condenação da parte recorrente ao pagamento de multa cominatória no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil

reais) - correspondentes a 40 (quarenta) dias de descumprimento, a alteração das premissas firmadas pela Corte local esbarraria nas vedações de reexame dos fatos e das provas dos autos, pela via do recurso especial, ante o disposto na Súmula 7 do STJ.

A propósito, confirmam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXECUÇÃO DE *ASTREINTES*. ALTERAÇÃO DO LIMITE TEMPORAL DA MULTA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, A FIM DE EVITAR O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO EXEQUENTE. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 83/STJ. VERIFICAÇÃO DE ALEGADAS PARTICULARIDADES DO CASO CONCRETO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. "É lícito ao magistrado, conforme autorizado pelo § 6º do artigo 461 do CPC/73, a requerimento da parte ou de ofício, alterar o valor e a periodicidade da multa, quando entender ser esta insuficiente ou excessiva". (AgInt no AREsp 1.008.842/SE, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 13/06/2017).

2. A modificação das conclusões do órgão de piso, a fim de verificar as alegadas particularidades do caso concreto, demandaria o revolvimento do contexto fático probatório dos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.109.954/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16.11.2017, DJe 22.11.2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. *ASTREINTES*. VALOR RAZOÁVEL. REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. O Tribunal de origem concluiu pela possibilidade de transferência

do veículo com respectivo pagamento das taxas e multas com base nos elementos de prova dos autos. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor das *astreintes*, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, permitindo a revisão. No caso, a quantia estabelecida pelo Tribunal de origem não se mostra excessiva, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.547.718/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 8.8.2017, DJe 16.8.2017.)

Assim, observo que o recurso não merece acolhida quanto à alegada necessidade de redução do valor da multa cominatória.

Como sabido, a jurisprudência do STJ admite o afastamento da Súmula n. 7 desta Corte para fins de revisão do valor da multa cominatória, porém, apenas nos casos em que for ínfimo ou exagerado, sem importar ofensa à coisa julgada, ao teor do contido no art. 537, § 1º, I, do diploma processual.

Por outro lado, não se pode olvidar que reduzir drasticamente o valor estipulado esvazia o caráter coercitivo da medida, bem como retira a autoridade das decisões judiciais, pois contribui para o número cada vez mais crescente de descumprimento das referidas determinações.

Ainda, tal entendimento estimularia o aumento do número de recursos visando à reforma do valor arbitrado pelas instâncias ordinárias, que estão em contato direto com as vicissitudes e peculiaridades fáticas, as quais escapam da análise realizada por esta Corte extraordinária.

No caso em análise, o Tribunal de origem entendeu por reformar a decisão proferida na impugnação ao cumprimento de sentença, rejeitando totalmente a impugnação apresentada, restabelecendo o valor da multa cominatória diária indicada no cumprimento de sentença na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), em razão de desobediência ao comando judicial.

Penso que esse montante se encontra adequado e atende aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, tendo em vista que não se verifica o excesso

alegado pela recorrente, posto que seu possível acúmulo só se dará em caso da própria resistência da agravante ao cumprimento do comando judicial.

Com efeito, a revisão do valor da multa por descumprimento de decisão judicial também não se afigura possível no caso em análise, de modo que incide o óbice previsto na Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA (*ASTREINTES*). IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REVISÃO DO VALOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ACÓRDÃO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO FORAM ATACADOS.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admite, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de multa cominatória, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese em que o valor estabelecido na instância ordinária atende às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Incide a Súmula 83 do STJ. Precedentes.

2. A apreciação dos critérios para a fixação da multa cominatória ou para a modificação de seu valor impõe o reexame de circunstâncias fático-probatórias da causa, o que é inviável em recurso especial nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. O recurso especial não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido. Incide a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal (STF).

4. A análise da alegada deficiência do instrumento de agravo, por falta de peça supostamente essencial à compreensão da controvérsia, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 78.294/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10.3.2016, DJe 16.3.2016.)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REINTEGRAÇÃO AO CARGO. IMPOSIÇÃO DE MULTA DIÁRIA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO. REVISÃO DO VALOR ARBITRADO. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE.

SÚMULA 7/STJ.

1. Na via especial não é cabível, em regra, a revisão do valor fixado pelas instâncias ordinárias a título de multa diária por descumprimento da obrigação de fazer, ante a impossibilidade de análise de fatos e provas, conforme a Súmula 7/STJ.

2. A jurisprudência deste STJ admite, em caráter excepcional, que o quantum arbitrado a título de *astreintes* seja alterado, caso se mostre irrisório ou exorbitante, em clara afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não restou configurado na espécie.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 810.175/ES, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15.3.2016, DJe 29.3.2016.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Deixo de majorar os honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, tendo em vista que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve prévia fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora